

EDITAL N° 001/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2026

Município de Lindolfo Collor

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Tipo de julgamento: maior oferta

Modo de disputa: aberto

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDOLFO COLLOR, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo maior oferta, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://pregaobanrisul.com.br/> no **dia 29 de janeiro de 2026, com abertura das propostas às 8h e abertura da disputa às 8h15**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a organização, produção, execução e operacionalização da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro, prevista para ocorrer nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026, no Município de Lindolfo Collor/RS., cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I):

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: <https://pregaobanrisul.com.br/>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu Av. Ruby Kney, 350, Industrial, Lindolfo Collor/RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 2500-4000 – CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br



representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo III – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação do valor unitário (un) e total (valor total do lote), englobando a tributação, e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e)** Declarações Unificada – Anexo II.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;



f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
Conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a)** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b)** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;
- c)** para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte formula:

AD

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: ----- = índice mínimo: (1)

PC

AC

LIQUIDEZ CORRENTE: ----- = índice mínimo: (1)

PC

AC + ARLP

LIQUIDEZ GERAL: ----- = índice mínimo: (1)

PC + PELP

PL

GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: ----- = índice mínimo: (1)

PC + PELP

PC + PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ----- = índice máximo: (1)

AT

Onde: *AC* = Ativo Circulante; *AD* = Ativo Disponível; *ARLP* = Ativo Realizável a Longo Prazo; *AP* = Ativo Permanente; *AT* = Ativo Total; *PC* = Passivo Circulante; *PELP* = Passivo Exigível a Longo Prazo; *PL* = Patrimônio Líquido.

5.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

5.3.2. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o

protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

5.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.3.4. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.2.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.2.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.2.7. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento (necessário que o órgão público regulamente essa possibilidade).

6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1,00 (um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.



9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.



10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO



12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. RECURSO

13.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante que desejar recorrer poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (através de anexo), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O contrato terá vigência da sua assinatura até o dia 31 de março de 2026.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 17.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

17.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 17.2 do presente Edital.

17.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.6. A aplicação das sanções previstas no item 17.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.7. Na aplicação da sanção prevista no item 17.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 17.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



17.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: pregoeiro@lindolfocollor.rs.gov.br.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

19.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

19.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Ivoiti para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Lindolfo Collor, 08 de janeiro de 2026.

Gaspar Behne

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Av. Ruby Kney, 350, Industrial, Lindolfo Collor/RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 2500-4000 – CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br



Necessidade da Administração: A Administração Municipal de Lindolfo Collor/RS, por meio da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, identificou a necessidade de contratação de empresa especializada para a organização, produção, execução e operacionalização da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro, a ser realizada nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026, no Município de Lindolfo Collor/RS.

O evento é tradicional e integra o calendário oficial municipal, promovendo o desenvolvimento econômico local, turismo, geração de renda, promoção cultural e a valorização dos artesãos e empreendedores vinculados à produção de tapetes, artefatos em couro e produtos correlatos.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

A presente contratação decorre da necessidade de instaurar processo licitatório visando à seleção de empresa especializada para a organização, produção, execução e operacionalização da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro, que ocorrerá nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026, no Município de Lindolfo Collor/RS.

O objeto compreende a prestação integral dos serviços necessários à realização do evento, no tangente a coordenação de atrações musicais e programação cultural, a exploração econômica, com exclusividade, da venda de chope e bebidas não alcoólicas no local, e o suporte operacional e logístico indispensável ao seu pleno funcionamento.

A contratação será formalizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento por maior oferta, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a fim de garantir a proposta economicamente mais vantajosa à Administração Pública e otimizar o retorno financeiro ao Município, sem prejuízo da qualidade técnica e da segurança operacional do evento.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A participação no certame e a execução do objeto contratado exigem que a empresa interessada comprove experiência, regularidade e capacidade operacional compatíveis com a complexidade e a dimensão do evento, observando-se as seguintes condições:

I – Condições Gerais para Participação:

- a) Comprovação de cadastro ativo da empresa no CADASTUR (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo), na categoria Organizadora de Eventos.
- b) Apresentar no mínimo três (03) atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de organização ou

gestão de eventos de porte similar, realizados nos últimos dois (02) anos (de 06/01/2024 a 05/01/2026).

Os atestados deverão conter a identificação do contratante, a descrição detalhada dos serviços prestados, as datas de realização e informações que evidenciem a boa execução, em eventos com público mínimo de 20.000 (vinte mil) pessoas.

- c) Possuir CNPJ ativo há no mínimo 5 (cinco) anos, com CNAE compatível com o objeto da contratação;
- d) Registro do Produto (Chope) no Ministério da Agricultura/MAPA, emitida por órgão competente em vigor, da empresa que fornecerá a bebida no evento. Caso a empresa fornecedora da bebida chope não seja a própria licitante, além do Registro do Produto deverá ser apresentado documento formal que caracterize o vínculo dessa empresa com a licitante, o que poderá ser feito, por exemplo, por meio de contrato ou declaração da empresa detentora do Registro, que irá declarar a disponibilidade da bebida para o atendimento do objeto do edital.
- e) Comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como ausência de impedimentos para licitar e contratar com o Poder Público;
- f) Comprovar aptidão econômico-financeira, com índices de liquidez e solvência, positivos, conforme estabelecido no Edital.

II – Garantia Contratual:

- a) A empresa vencedora deverá prestar garantia contratual como condição indispensável para a assinatura do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) do valor global contratado, exclusivamente na modalidade de Seguro-Garantia.
- b) A apólice deverá vigorar por todo o período de execução contratual, garantindo o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada. A Administração poderá executar a garantia nas hipóteses de descumprimento contratual, prejuízo ao erário ou inexecução parcial ou total do objeto.
- c) A contratada deverá apresentar o comprovante da garantia no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato.
- d) Caso a garantia contratual venha a ser prestada em dinheiro, o valor poderá ser compensado com o montante devido pela exploração econômica, mediante autorização expressa do Município.
- e) A garantia não será devolvida em caso de desistência injustificada, inexecução parcial ou total do contrato, ou descumprimento das obrigações pactuadas referentes à 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro de Lindolfo Collor/RS.

III – Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil do Evento:



A contratada deverá apresentar apólice de seguro de responsabilidade civil específica para o evento, com cobertura mínima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinada à reparação de danos pessoais e materiais que possam ocorrer durante as etapas de montagem, realização e desmontagem da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro de Lindolfo Collor/RS.

A apólice deverá abranger, no mínimo:

- a) Danos pessoais e materiais eventualmente ocasionados ao público nas áreas e atividades operadas pela contratada;
- b) Danos e acidentes envolvendo trabalhadores, prestadores de serviço e artistas contratados pela empresa;
- c) Danos causados ao patrimônio público municipal ou a bens de terceiros decorrentes de falhas estruturais, elétricas ou operacionais das instalações sob gestão da contratada;
- d) Riscos específicos relativos à montagem, operação, funcionamento e desmontagem das estruturas, equipamentos e instalações temporárias vinculadas à execução do contrato.
- e) A comprovação da apólice deverá ser apresentada em até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, como condição para o início das atividades operacionais.
- f) O seguro deverá permanecer válido até a completa desmontagem e limpeza final das estruturas de responsabilidade da empresa, não podendo conter cláusulas de franquia que limitem a cobertura de danos a terceiros.
- g) A ausência de comprovação no prazo fixado ou a apresentação de apólice em desconformidade com as exigências deste Termo caracterizará descumprimento contratual, podendo ensejar rescisão unilateral e aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A empresa contratada será responsável pela execução dos serviços de organização, produção, operação e suporte necessários à realização da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro do Município de Lindolfo Collor/RS, abrangendo especificamente a gestão da programação artística, a exploração econômica da venda de bebidas, e o suporte logístico nas etapas de preparação, realização e encerramento.

I - A exploração econômica da venda de bebidas dar-se-á em regime de exclusividade, abrangendo a comercialização de chope e bebidas não alcoólicas no interior da área destinada à festa.

II - A contratada deverá garantir a estrutura e o fornecimento adequados para o pleno funcionamento das atividades, observando:



- a) Instalação e operação de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) chopeiras em perfeito estado de funcionamento durante todo o evento;
- b) Disponibilização de 1 (uma) câmara fria para resfriamento e conservação do chope;
- c) Manutenção de estoques suficientes para garantir o abastecimento contínuo ao longo dos três dias de evento;
- d) Observância dos valores máximos de comercialização:
 - **Chope (400 ml): até R\$ 13,00 (treze reais);**
 - **Água mineral (500 ml): até R\$ 5,00 (cinco reais);**
 - **Refrigerante (350 ml): até R\$ 9,00 (nove reais)**
- e) Atendimento às normas de vigilância sanitária, segurança alimentar e boas práticas de manipulação de bebidas e utensílios.

III - A programação artística deverá estar em conformidade com o contexto cultural do Município e com a identidade tradicional do evento, que integra o calendário turístico oficial de Lindolfo Collor/RS. As atrações deverão contemplar estilos musicais típicos da tradição alemã, bem como apresentações que valorizem a produção cultural e o espírito comunitário local.

São requisitos mínimos:

- a) Inclusão obrigatória do estilo musical “bandinha” entre as atrações;
- b) Contratação de pelo menos 10 (dez) bandas distintas, com diversidade de gêneros adequados à festividade, para apresentações nos três dias da Feira, respeitando a grade indicativa de horários prevista a seguir:

Sexta-feira – 27/03/2026

- **13h às 17h • 17h às 19h • 22h às 00h • 00h às 02h**

Sábado – 28/03/2026

- **10h às 14h • 14h às 16h • 16h às 18h • 18h às 20h • 20h às 22h • 22h às 00h • 00h às 02h**

Domingo – 29/03/2026

- **10h às 14h • 14h às 16h • 16h às 18h • 18h às 20h • 20h às 22h**

- c) Previsão de no mínimo 3 (três) bandas consagradas e de reconhecida notoriedade no Estado do Rio Grande do Sul;
- d) Inclusão de uma bandinha típica alemã itinerante, que deverá circular entre os espaços do evento em três horários definidos pela Comissão Organizadora (sexta, sábado e domingo);
- e) Apresentação de pré-programação artística até 05/02/2026, sujeita à aprovação da Comissão Organizadora, a qual será definida mediante Portaria;



f) Entrega da programação oficial até 10/02/2026, com observância dos ajustes determinados pelo Município;

g) Responsabilidade integral da contratada pelo pagamento dos direitos autorais junto ao ECAD, incluindo taxas e registros correspondentes;

h) A abertura oficial do evento deverá estar prevista para a noite de sexta-feira, 27 de março de 2026, conforme programação aprovada pela Comissão Organizadora;

i) Todo o pessoal necessário à execução do objeto da presente contratação, será contratado exclusivamente pela empresa vencedora, que assumirá integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações legais decorrentes, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade solidária do Município em relação a esses profissionais.

j) A contratada deverá garantir suporte técnico, estrutural e logístico necessário à execução das atividades sob sua responsabilidade, especialmente quanto à:

- Instalação, operação e posterior retirada das estruturas vinculadas à comercialização de bebidas e às apresentações musicais;
- Cumprimento integral das normas de segurança, higiene e funcionamento aplicáveis;
- Preservação da circulação adequada do público nas áreas sob sua gestão;
- Apoio operacional aos artistas e profissionais diretamente envolvidos nas apresentações.

k) A empresa contratada será única e integralmente responsável por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais decorrentes da má execução dos serviços, respondendo cível e criminalmente por prejuízos causados ao patrimônio público, a terceiros ou à integridade física de participantes e trabalhadores, sem qualquer ônus ao Município de Lindolfo Collor/RS.

l) A contratada deverá manter-se permanentemente de prontidão e responder de forma imediata a quaisquer chamados da Comissão Organizadora, devendo estar disponível para atendimento e solução de intercorrências, principalmente, durante a semana que antecede o evento, bem como durante todos os dias de realização da festa, comprometendo-se a sanar, imediatamente, qualquer problema técnico, operacional, estrutural ou logístico relacionado ao objeto contratado, sob pena das sanções cabíveis com base na legislação vigente.

Além das obrigações acima, a contratada deverá zelar pelo bom andamento do evento, garantindo a limpeza, organização e suporte operacional das áreas sob sua responsabilidade, em especial os locais destinados à comercialização de bebidas, ao público e às apresentações artísticas.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pela Coordenadora de Cultura, Jessica Dainara Schmitz, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, pelo Coordenador de Fomento Turístico e Desenvolvimento Econômico, Guilherme Flores Heringer, vinculado à

Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Turismo, em conjunto com a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Lindolfo Collor, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento devido pela empresa vencedora à Administração Municipal, em razão da cessão do direito de exploração econômica da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro, incluindo a organização das atrações musicais, suporte operacional e logístico, limpeza dos espaços e comercialização exclusiva de bebidas, será realizado em parcela única, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato.

O valor ofertado na disputa pública deverá ser quitado mediante depósito bancário em conta oficial do Município de Lindolfo Collor/RS, cujos dados serão informados pela Administração através do Edital a ser lançado.

O inadimplemento do valor ofertado no prazo estabelecido caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório, incluindo a possibilidade de rescisão unilateral do contrato e a perda da garantia contratual, sem prejuízo da execução das demais sanções administrativas cabíveis.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 1 (um), a futura contratada será selecionada mediante processo licitatório Pregão eletrônico com disputa por maior oferta.

7. VALOR REFERENCIAL

Para fins de definição do valor de alçada do presente certame, tomou-se como base o montante de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), utilizado na licitação anterior referente ao mesmo objeto, realizada no exercício de 2023.

O valor foi atualizado monetariamente com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial de inflação divulgado pelo IBGE, considerando:

- A variação acumulada de 2024 (4,35%), e
- O período de janeiro a outubro de 2025 (3,68%),
- Resultando em uma correção total aproximada de 8,03%.

Dessa forma, **o valor referencial atualizado para a presente contratação é de R\$ 17.284,80 (dezessete mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)**, servindo como base estimativa para o processo licitatório.

8. PRAZO E LOCAL

O contrato decorrente do presente certame entrará em vigor a partir da data de sua assinatura pelas partes envolvidas, produzindo efeitos legais imediatos.

A vigência contratual estender-se-á até o encerramento completo da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro do Município de Lindolfo Collor/RS, incluindo o período necessário para a montagem, execução, desmontagem e limpeza final das estruturas utilizadas, ou enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de suas obrigações contratuais.

A execução do objeto dar-se-á no Município de Lindolfo Collor/RS, especialmente nas dependências do Ginásio Municipal Herbert Oscar Enzweiler e demais espaços definidos pela Administração para a realização do evento.

Lindolfo Collor, 08 de janeiro de 2026.

Tatiana Catia Grellmann Presser
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

ANEXO II

DECLARAÇÃO UNIFICADA – Pessoa Jurídica

Av. Ruby Kney, 350, Industrial, Lindolfo Collor/RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 2500-4000 – CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br



A empresa , CNPJ nº

....., através de seu representante legal

....., CPF nº , abaixo assinado,

DECLARA sob as penas da lei, que:

1. Cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de não empregar menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos, bem como comunicará à Administração Municipal qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação;
2. Não está cumprindo penalidade de **SUSPENSÃO** de participar de licitações e celebrar contratos com a Administração Pública, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituídas ou mantidas;
3. Não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto a sua capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;
4. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, detentor de cargo político, em comissão ou função de confiança e que atue na área responsável pela demanda ou contratação
5. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento, suficientes e adequadas para o bom desempenho dos serviços, concordando com os termos exigidos no Edital e seus anexos.
6. Confirma serem verdadeiras as informações prestadas nesta declaração, bem como, estão cientes das implicações legais e efeitos jurídicos quanto a não veracidade das informações, qual seja o crime de falsidade ideológica do art. 299 do Código Penal e/ou podendo ocasionar a inabilitação da empresa.

.....
Assinatura digital do representante legal



Lindolfo Collor

Capital dos Tapetes em Couro

Município de Lindolfo Collor
Rio Grande do Sul

ANEXO III

Modelo De Proposta Financeira

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO, EXECUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA 11ª FEIRA DE TAPETES E ARTEFATOS EM COURO	R\$

Validade da proposta: 60 dias

Data: ____/____/2025



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/2025

PREGÃO ELETRÔNICO ____/2025 – EDITAL ____/2025

MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 94.707.486/0001-46, com sede na Av. Ruby Kney, nº 350, Bairro Industrial, cidade de Lindolfo Collor/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gaspar Behne, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua/Av. _____, nº ___, bairro _____, cidade de _____, Estado do _____, neste ato representado pelo seu diretor, Sr. (Sra.) _____, brasileiro(a), maior, portador(a) do CPF nº _____ doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do edital de licitação nº ____ / ____ e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a organização, produção, execução e operacionalização da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro, prevista para ocorrer nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026, no Município de Lindolfo Collor/RS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO

O contrato terá vigência da sua assinatura até o dia 31 de março de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

A CONTRATANTE receberá a título de exploração dos serviços, objeto deste Contrato, o valor de R\$(....).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO



O pagamento devido pela empresa vencedora à Administração Municipal, em razão da cessão do direito de exploração econômica da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro, incluindo a organização das atrações musicais, suporte operacional e logístico e comercialização exclusiva de bebidas, será realizado em parcela única, no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

O objeto consiste em cessão onerosa, em que o Município não realiza desembolso financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- II - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- III - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- IV - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – Realizar a prestação de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IV - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- V - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;



VI - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato;

IX - Comprovar cadastro ativo da empresa no CADASTUR (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo), na categoria Organizadora de Eventos;

X - Apresentar no mínimo três (03) atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de organização ou gestão de eventos de porte similar, realizados nos últimos dois (02) anos (de 06/01/2024 a 05/01/2026);

XI - Possuir CNPJ ativo há no mínimo 5 (cinco) anos, com CNAE compatível com o objeto da contratação;

XII - Possuir registro do Produto (Chope) no Ministério da Agricultura/MAPA, emitida por órgão competente em vigor, da empresa que fornecerá a bebida no evento. Caso a empresa fornecedora da bebida chope não seja a própria licitante, além do Registro do Produto deverá ser apresentado documento formal que caracterize o vínculo dessa empresa com a licitante, o que poderá ser feito, por exemplo, por meio de contrato ou declaração da empresa detentora do Registro, que irá declarar a disponibilidade da bebida para o atendimento do objeto do edital;

XIII - Prestar garantia contratual como condição indispensável para a assinatura do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) do valor global contratado, exclusivamente na modalidade de Seguro-Garantia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato;

XIV - Apresentar apólice de seguro de responsabilidade civil específica para o evento, com cobertura mínima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinada à reparação de danos pessoais e materiais que possam ocorrer durante as etapas de montagem, realização e desmontagem da 11ª Feira de Tapetes e Artefatos em Couro de Lindolfo Collor/RS;

XV - Garantir a estrutura e o fornecimento adequados para o pleno funcionamento das atividades, observando:

a) Instalação e operação de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) chopeiras em perfeito estado de funcionamento durante todo o evento;

b) Disponibilização de 1 (uma) câmara fria para resfriamento e conservação do chope;

c) Manutenção de estoques suficientes para garantir o abastecimento contínuo ao longo dos três dias de evento;

d) Observância dos valores máximos de comercialização:

- Chope (400 ml): até R\$ XXX (XXX reais);
- Água mineral (500 ml): até R\$ XXX (XXX reais);
- Refrigerante (350 ml): até R\$ XXX (XXX reais)

e) Atendimento às normas de vigilância sanitária, segurança alimentar e boas práticas de manipulação de bebidas e utensílios

XVI - Apresentar programação artística em conformidade com o contexto cultural do Município e com a identidade tradicional do evento, que integra o calendário turístico oficial de Lindolfo Collor/RS. As atrações deverão contemplar estilos musicais típicos da tradição alemã, bem como apresentações que valorizem a produção cultural e o espírito comunitário local, conforme estabelecido no Termo de Referência do Edital e na proposta vencedora.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO DO CONTRATO

I - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal indicado;

II - Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Av. Ruby Kney, 350, Industrial, Lindolfo Collor/RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 2500-4000 – CNPJ: 94.707.486/0001-46

www.lindolfocollor.rs.gov.br



Lindolfo Collor
Capital dos Tapetes em Couro

Município de Lindolfo Collor
Rio Grande do Sul

As partes elegem o foro da Comarca de Ivoi para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em ____ (____) vias de igual teor e forma.

_____ (local), ____ (dia), de _____ (mês) de 20__.

Gaspar Behne

XXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

Assessora Jurídica do Município

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal do Contrato

XXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada